

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3  
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE  
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE  
Artigos

2016

# EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-POLÍTICA: UMA ABORDAGEM POR MEIO DE GRUPOS DE DISCUSSÃO

Marli Aparecida Casprov Corcini<sup>1</sup>

Me. Rosana de Castro Casagrande<sup>2</sup>

## RESUMO

Pesquisa caracterizada como qualitativa e descritiva, sistematizou os resultados obtidos a partir da implementação da Produção Didático-pedagógica, desenvolvida durante estudos do PDE 2016, tendo como tema: Educação Especial e sua trajetória histórica e política: Uma abordagem por meio de grupos de discussão. Essa pesquisa se justifica e torna-se relevante considerando que nas escolas do ensino regular, muitos são os alunos especiais, que nelas se encontram, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Se observarmos atentamente, muitos alunos que estão nas escolas com laudos diagnósticos como alunos com Necessidades Educacionais Especiais, porém, é notório, que nem todos têm seus direitos de acesso e permanência nas escolas respeitados, com atendimento especializado, e principalmente com uma Equipe Pedagógica preparada e conhecedora dos documentos norteadores que apóiam os alunos especiais dentro das escolas regulares. Tem como objetivo geral: Analisar aspectos legais e históricos da Educação Especial mediante grupos de discussão. Como resultado observa-se: que muitos professores que participaram dos encontros sentiram-se satisfeitos com o aprendizado e se propuseram a dar continuidade aos demais colegas de trabalho. Também percebeu-se que o conhecimento sobre o aluno especial e as leis que os amparam ainda é muito pouco conhecida e utilizada por parte dos professores e pedagogos do ensino regular.

Palavras chave: Educação Especial. Histórico. Grupo de estudos. Política

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Estadual do Paraná. Atua no Colégio Estadual Maria Isabel Guimarães, EFM.– São José da Boa Vista – Paraná. [marlicasprov@seed.pr.gov.br](mailto:marlicasprov@seed.pr.gov.br)

<sup>2</sup> Docente participante do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE). E-mail: [rosanaccasagrande@hotmail.com](mailto:rosanaccasagrande@hotmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar o relato da implementação do Projeto de Intervenção: Educação Especial e sua trajetória histórica e política: Uma abordagem por meio de grupos de discussão o qual foi desenvolvido no Colégio Estadual Maria Isabel Guimarães, no município de São José da Boa Vista - Paraná, com professores e Pedagogos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, nos períodos manhã e tarde.

A proposta principal do projeto pautou-se em desenvolver ações que pudessem despertar nos professores e pedagogos o interesse por ações e conhecimentos específicos acerca dos direitos dos alunos com alguma deficiência intelectual, visual, física, auditiva ou outra, no que se refere ao histórico e a documentos legais.

Na busca de um espaço para o compartilhamento de aprendizagens, foi de grande relevância os encontros para discussão de temas que abordam o aluno especial, seus direitos pautados em leis, as formas de reconhecer o aluno especial, como melhor recebê-lo na escola, a participação do professor e da equipe pedagógica no contexto da inclusão.

Acredita-se que pedagogo, enquanto educador, tem a necessidade de buscar novas soluções para a aprendizagem de seus alunos bem como conhecê-lo em suas necessidades e direitos acadêmicos, sociais e emocionais. Diante destas informações obtidas durante as observações na escola, procurou-se desenvolver atividades com os professores e pedagogos participantes do grupo de estudos desenvolvendo com os mesmos, atividades reflexivas como a leitura, análise e discussão de documentos legais na área da educação especial.

A implementação dessa Unidade Didática objetivou desenvolver ações pedagógicas envolvendo leitura, análise e discussão de textos relacionados a história e a documentos legais da educação especial com os educadores, do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, onde se concentram a maioria dos alunos de inclusão e que são atendidos por diversos professores de formações diferenciadas, mas que muitas vezes carecem de conhecimento básico para dar uma atenção mais detalhada ao aluno especial. Assim a viabilidade desse projeto vem de encontro com a necessidade tanto do aluno quanto dos profissionais da educação básica: Proporcionar aos mesmos condições de análise e conhecimento de ações e leis de direito básicos dos alunos especiais dentro

das escolas, sendo fundamental para que se estabeleça um espaço de discussão e de possível melhora no processo de ensino e aprendizagem.

Percebe-se que muitos pedagogos e professores ao receberem os laudos de alunos especiais nas escolas, não possuem o conhecimento necessário das leis que garantem o acesso e permanência no ensino regular, e a maioria desconhece o percurso histórico da Educação Especial. Conhecer a história e as leis que amparam os alunos com necessidades educacionais especiais não é suficiente para que a inclusão se efetive, mas contribui para uma compreensão que subsidie a reflexão, uma vez que se conhecendo os direitos dos alunos especiais, podem refletir e perceber as necessidades de respeitá-los e aplicá-los no cotidiano escolar.

O fato de se conhecer as leis e amparo ao aluno com necessidades educacionais especiais, bem como reconhecer esses alunos dentro do ensino regular exige dos professores e pedagogos uma preparação prévia. Sabe-se, porém, que essas mudanças só serão possíveis com uma inclusão consciente e reflexiva por parte, não só de professores e pedagogos, mas de toda uma comunidade escolar, e principalmente, através das mudanças de concepções sobre o aluno especial, começando pela aceitação do próprio professor e demais pessoas que estarão em contato com ele.

Algumas metas foram alcançadas durante o desenvolvimento do projeto, entre elas a participação dos professores nas reuniões realizadas para discussão em grupo de temas variados dentro das questões norteadoras que permeiam a Educação Especial, o atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais e ao conhecimento prévio do professor em prol ao aluno.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 BREVE PANORAMA DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO E NO BRASIL**

Muito das questões discriminatórias que percebemos em relação aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais-NEEs, são demonstradas na história. Partimos do princípio de que quando os professores do Ensino Regular conhecem essa história, passam a contextualizar melhor a criança especial.

Conforme Correia (1997), a história da educação especial remonta a idade antiga onde eram comuns as práticas de exclusão das crianças que nasciam com alguma deficiência. Por exemplo, em Esparta, antiga Grécia, algumas crianças deficientes eram abandonadas em montanhas bem altas e desertas, a própria sorte, e geralmente morriam de fome ou eram devorados por animais.

Na Roma antiga, as crianças consideradas com algum defeito, eram atiradas nos rios mais fundos, ou de penhascos bem altos. Os egípcios matavam seus deficientes com marretadas na cabeça e os enterravam em urnas nos sarcófagos, acreditando que assim, a alma se purificaria e voltaria perfeita em beleza e inteligência (CORREIA, 1997, p. 56).

Registros comprovam que vem de longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas deficientes, e que suas vidas sempre foram ameaçadas. Misés (1977, p.14), demonstra o pensamento daquela época:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas, asfixiamos recém nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis, ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Já nos países europeus, na Idade Média, os deficientes eram associados aos demônios e aos atos de feitiçaria. Por esse motivo eram perseguidos e mortos. Faziam parte da categoria dos excluídos, devendo ser afastados do convívio social ou ser sacrificado. Havia posições ambíguas: “Uma seria a marca da punição divina, a expiação dos pecados; outra dizia respeito a expressão do poder sobrenatural, ou seja o acesso as verdades inatingíveis para a maioria”. (FERREIRA, 1994, p. 67).

Segundo Ferreira (1994), a história do atendimento a pessoa com Necessidades Educacionais Especiais, no mundo ocidental, começa em meados do século XVI quando a questão da diferença ou a fuga ao padrão considerado normal vai passar da órbita de influência da igreja para se tornar objeto da medicina.

No século XVII e meados do século XIX, inicia-se a chamada fase de institucionalização, onde as pessoas deficientes eram segregados e protegidos em instituições residenciais. Logo no início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas, visando oferecer ao deficiente uma educação diferenciada.

Jean Marc Itard, (1774-1838) no início do século XIX, passa a ser considerado o pai da educação especial, após desenvolver tentativas de educar um menino de 12 anos chamado Vitor, o menino lobo (menino considerado com deficiência mental profunda, criado por lobos na floresta). Esse caso ficou conhecido como o caso do Selvagem de Aveyron. Itard foi reconhecido como o primeiro estudioso a usar um método sistematizado para ensinar deficientes. Ele acreditava que a inteligência de seu aluno “retardado” era educável. Até os dias atuais ele é referência para os estudiosos. (JANNUZZI, 1992).

De acordo com Casagrande (2011) *apud* Mendes (2006), pode-se destacar que, em meados do século XVI, a iniciativa de alguns profissionais (médicos e pedagogos) preocupados com o descaso em relação à atenção às pessoas deficientes era assistencial, sendo atendidas em asilos e manicômios.

A Educação é referida na Constituição Federal (BRASIL, 1988), como “direito de todos e dever do Estado” (p. 56), devendo nesse contexto ser valorizado o direito à Educação Especial. Vejamos o artigo 205:

Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.89).

Jannuzzi (2006) retrata o modo como a educação do deficiente se constituiu no Brasil, destacando a participação da sociedade civil e o estabelecimento inicial da política inclusiva. Na época do Brasil Colônia, os deficientes não tinham nenhum tipo de atenção do poder público, viviam à margem da sociedade que somente poucos foi direcionando a atenção para a situação de total desprezo na qual essas pessoas viviam. A filantropia foi instituída antes que houvesse uma manifestação do poder público da época, vindo a acontecer no final do século XIX com a criação das primeiras instituições governamentais para a educação de pessoas surdas e cegas.

Entende-se como marco histórico da educação especial no Brasil o período final do século XIX, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, (JANNUZZI, 1985, 2004; MAZZOTTA, 2005). Em 1874 é criado na Bahia o Hospital Juliano Moreira, dando início a assistência médica aos indivíduos com deficiência intelectual, e em 1887, é criada no Rio

de Janeiro a “Escola México” para o atendimento de pessoas com deficiências físicas e intelectuais (JANNUZZI, 1992; MAZZOTTA, 2005).

Jannuzzi (1992), explica que no início da história da educação especial do Brasil duas vertentes foram predominantes para que a educação especial se efetivasse, sendo elas:

Vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...].  
Vertente psicopedagógica: que não depende do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos [...] (JANNUZZI, 1992, p. 59).

Alguns médicos foram os primeiros a estudar os casos de crianças com prejuízos mais graves e criaram instituições para crianças junto a sanatórios psiquiátricos. Locais onde as crianças recebiam tratamentos específicos, porém ainda institucionalizados.

A autora e pesquisadora Helena Antipoff (1892-1974), estudou psicologia na França, na Universidade de Sorbonne, chegando ao Brasil criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. Iniciou uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na composição de classes homogêneas. Classes essas que a autora acreditava ser possível colocar crianças com alguma deficiência junto às crianças normais. Helena Antipoff em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que mais tarde a partir de 1945, iria se expandir no país. A primeira escola com o nome “Pestalozzi” foi criada em Canoas, Rio Grande do Sul, em 1927. A autora e pesquisadora participou de muitas outras iniciativas entre elas implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, em 1954.

A igualdade de oportunidades passou a significar a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, ao mesmo tempo em que a segregação daqueles que não atendiam as exigências escolares, passou a ser justificada pela adequação da educação que lhes seria oferecida.

Jannuzzi (1992; 2004, p. 67) ao estudar a educação de pessoas com deficiência intelectual no Brasil, até por volta de 1935 concluiu que neste período:

1. Não houve solução escolar para elas. 2. As conceituações sobre deficiência eram contraditórias e imprecisas, e incorporavam as expectativas sociais do momento histórico em curso. 3. A concepção de deficiência intelectual englobou

diversas e variadas crianças, com comportamentos divergentes das normas sociais estabelecidas pela sociedade e então veiculadas nos padrões escolares. 4. A classificação ficou mais ao nível do discurso, e foi aplicada muito pouco em função da desescolarização geral predominante. 5. A escassa educação das pessoas com deficiência intelectual neste período representava a síntese dos enfoques e procedimentos primeiramente franceses e posteriormente europeus e norte-americanos.

No período de 1961, a história da educação especial, passou por um período de ampliação das instituições especializadas. Estas instituições surgiram, portanto, em resposta ao silêncio do poder público e ao descaso social com as pessoas consideradas deficientes, explica Romero (2006, p. 21) que:

[...] as iniciativas privadas configuraram-se nesse período como a própria expressão do atendimento implantado. Embora o modelo institucionalizado possa ser considerado segregacionista, pois mantinha as pessoas com deficiências distantes dos espaços regulares de ensino, é preciso levar em conta que esse modelo, em certa medida, propunha-se a responder às necessidades educacionais específicas dos diferentes tipos de deficiência. Por outro lado, cumpre considerar também que a existência dessas instituições contribuiu em grande medida para que o poder público tenha se isentado desse compromisso no sentido de inviabilizar ou até mesmo dificultar o ingresso e a permanência das pessoas com deficiências na escola regular.

Em 1964, instala-se a primeira unidade assistencial da APAE, o Centro Ocupacional Helena Antipoff, tendo como objetivo oferecer habilitação profissional a adolescentes deficientes mentais do sexo feminino. A primeira unidade multidisciplinar integrada para prestação de assistência a deficientes mentais e formação de pessoal técnico especializado foi o Centro de Habilitação de Excepcionais inaugurado no dia 22 de Maio de 1971 na APAE de São Paulo (MAZZOTTA, 1996).

Na década de 1950, contava-se em torno de 190 estabelecimentos de ensino especial, sendo sua grande maioria públicos e em escolas. (JANNUZZI, 1992). Em 1954, é criada a primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Rio de Janeiro, sob influência do casal de norte-americanos Beatrice Bemis e George Bemis, membros da *National Association for Children* e a atual *National Association for Retarded Citizens* - NARCH

Segundo Mazzota (1980), autor explica que a década de 1980 ficou marcada pelo início da superação da visão assistencialista e das perspectivas de benevolência, através de ações que comemoraram em 1981, o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, apoiado pela Organização das Nações Unidas - ONU, onde defendeu o desdobramento



que culminaram na elaboração de dois planos: Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (1981) e Plano Nacional da Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985).

No final da década de setenta, são implantados os primeiros cursos de formação de professores na área de educação especial ao nível do terceiro grau e os primeiros programas de pós-graduação a se dedicarem à área de educação especial (NUNES, *et al*, 1999; BUENO, 2002).

Na atualidade, em relação a formação de docentes, no contexto da educação inclusiva, surgiu a necessidade de complementação nos currículos dos cursos de Formação de Docentes e de outros cursos de profissionais e disciplinas que interajam com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Mendes (2006) aponta que os debates sobre inclusão no Brasil ganharam força na década de 1990 por conta da penetração da cultura americana em nossa sociedade, considerando que os movimentos de reforma no sistema educacional como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994).

A partir desses documentos norteadores, surge com força total, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, como um instrumento legal que estabelece as Diretrizes Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, a determinação legal de que seja prevista nos currículos dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior a formação docente que atenda à diversidade, abordando conhecimentos referentes às diferentes especificidades dos alunos com alguma necessidade educacional especial. Percebe-se que houve incremento de disciplinas nos currículos de faculdades e Universidades, em especial de Pedagogia, como LIBRAS; Fundamentos da Educação Especial Inclusiva, onde são abordados temas históricos e contextos dos mais variados, entre eles, tipos de deficiências, leis e direitos que permeiam o aluno especial, mas é necessário rever as cargas horárias que por vezes são insuficientes para dar conta dos assuntos tratados, impossibilitando melhor aprofundamento teórico.

No dia 9 de janeiro de 2001 foi instituída a Lei nº 10.172, que trata da Educação Especial no Plano Nacional de Educação. Esse documento estabeleceu como meta principal,

[...]a formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como instituições específicas e outras. Instituições específicas (BRASIL, 2001, p. 80)

Em relação ao local onde o atendimento educacional especializado deve ser realizado é especificado no Artigo 5º que:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais, da própria escola ou em outra escola de ensino regular de turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios (BRASIL, 2009, p.1).

## **2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUNS MARCOS LEGAIS**

A Lei 4.024 de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1994, p. 78), “criou o Conselho Federal de Educação, e nela apareceu a expressão “educação de excepcionais” contemplada em dois artigos (88 e 89)”. Mazzotta (1990) aponta a promulgação desta lei como o marco inicial das ações oficiais do poder público na área de educação especial, que antes se restringiam a iniciativas regionalizadas e isoladas no contexto da política educacional nacional.

Na Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Artigo 9º (BRASIL, 1971, p.38)

[...] definiu a clientela de educação especial como os alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, além dos superdotados; dando a educação especial, conforme apontou Kassir (1988), uma identificação com os problemas do fracasso escolar evidenciados com a expansão da rede pública nos anos sessenta.

A partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, iniciou-se uma onda de reforma no sistema educacional, que trouxe uma série de ações oficiais empreendidas sob a justificativa da necessidade de alcançar a “equidade”, traduzida pela universalização do acesso a todos à escola, e à “qualidade do ensino”.

Michels (2002) analisando a política brasileira de educação e educação especial nos anos noventa enfatizou que os avanços em termos da legislação e mesmo da

compreensão sobre o significado das necessidades educacionais especiais e das políticas educacionais que seriam adequadas foram inegáveis, embora isso não tenha sido suficiente para retirar a educação especial brasileira do âmbito das políticas assistencialistas.

Conforme aponta Silva (2002) cabe lembrar que a Educação Especial no Brasil está hoje enquadrada no contexto do pensamento neoliberal, que sabemos jogar contra a corrente da inclusão social e escolar, buscando a privatização, no sentido de reforço ao que não é público, ao privado não lucrativo, ao chamado “terceiro setor”, às “parcerias”, com a sociedade civil, ao filantrópico, ao “não governamental” (SILVA, 2002, p. 45), ou seja, a tudo que minimiza o papel do Estado, e conseqüentemente as ações de responsabilidade do poder público. Tal contexto representa na atualidade um razoável desafio para o avanço das políticas educacionais direcionadas a crianças e jovens com Necessidades Educacionais Especiais em nosso país.

Segundo Mantoan (2005), o primeiro conceito de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, surgiu após o Relatório Britânico *Warnock Report*, publicado em 1978. De acordo com a prática da Inclusão, consolidada nos anos 1990, defende a matrícula e a inclusão do jovem com alguma deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2004).

Sobre os marcos legais brasileiros tem-se como referência a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que proclama o direito de todos a educação. (1990).

Alunos com necessidades educacionais especiais tem seus direitos garantidos através de Leis como: Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, Plano Decenal de Educação para Todos, de 1993, entre outros (GOFFREDO, 1999, p. 45-50). Esses documentos incidem na mesma decisão, alunos com necessidades educacionais especiais tem seu direito garantido dentro da rede regular de ensino. Esses e outros documentos legais dão o amparo necessário para que seja garantido ao aluno especial seu acesso e sua permanência dentro da escola regular.

A Inclusão Educacional tem como referenciais a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca de junho de 1994, na Espanha. Também a convenção de Guatemala, de 1999, foi um diferencial para a educação de pessoa com alguma deficiência, sendo promulgada no Brasil por meio do

Decreto nº 3.956/2001 que traz a reafirmação dos direitos humanos dessa pessoa, sendo a discriminação definida como:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior, ou percepção de deficiência presente ou passada que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, o gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. [...]. (BRASIL, 2001, p. 168).

Entende-se assim, que o objeto principal do decreto supracitado, está pautado na exigência da nova interpretação da educação, compreendendo a eliminação das barreiras que dificultam o acesso das pessoas com deficiência à escolarização. Ao não se prover esse aluno especial em seus direitos a educação e acessibilidade, esse ato se configura em discriminação da pessoa deficiente.

A Lei nº 10.098 de 2000, estabelece normas e critérios para a promoção de acessibilidade arquitetônica e urbanística, nas edificações e nos transportes, bem como a acessibilidade nas comunicações e em especial, a acessibilidade que não se constitui em ofensa aos direitos autorais e a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, desde que para o uso exclusivo de cegos sejam alunos ou não de escolas regulares, (BRASIL, 2001, p. 67) dentro dos espaços educacionais.

Ainda em 2002, surge a Lei nº 10.436 de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS- como um meio de comunicação e expressão legal das comunidades surdas. A Língua Portuguesa é tida como segunda língua para os alunos surdos exigindo a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Em 2003, surge o Programa de Educação Inclusiva: direito à Diversidade, implantado pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial, tendo como objetivo, transformar os sistemas de ensino, em sistema de ensino Inclusivo. Esperava-se assim, promover a sensibilização e formar professores especialistas, efetivando o direito ao acesso à escola, de todos os alunos, garantindo a acessibilidade e o atendimento especializado.

Em 2004, O Ministério Público Federal, por meio do Decreto nº 3.956 de 2001, reafirma o direito a escolarização de todos os educandos com ou sem deficiência. (BRASIL, 2009).

Em 2006, ocorre a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pela ONU, sendo o Brasil signatário, alterando a ideia da incapacidade ou limitação presentes na pessoa com deficiência para sua interação com o ambiente, definindo no artigo 1º, que: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2001, p. 34).

Em 2007, forma-se uma comissão constituída por profissionais da Secretaria da Educação Especial, e por alguns estudiosos na Área da Educação, sendo nomeados pela Portaria nº 948 de 2007, com a proposta de discutir e analisar Políticas Inclusivas. Resultaram desses estudos e discussões, as novas Diretrizes que subsidiam as práticas educacionais dentro das escolas brasileiras, resultando assim, um documento norteador do Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2001, p. 78), assim:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. (BRASIL, 2001, p. 178).

A visão final de tal documento pauta-se em novas Diretrizes para Políticas Educacionais Inclusivas. Objetiva a promoção, sem ser forçada, ao ensino regular de alunos com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação, entre outros, em turmas comuns de ensino regular. Essa nova forma de inserção do deficiente no ensino regular promove a acessibilidade universal e articulação das chamadas Políticas Públicas.

Ainda em 2007 surge o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, amparado pelo Decreto 6.094 de 2007 que tem como eixos norteadores à formação de docentes, a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica, o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior. Além do monitoramento do acesso e permanência nas escolas regulares e especiais dos alunos que recebem o BPC, Benefício de Prestação Continuada.

Em 2008, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2009, p. 45) vem alterar os termos “classes” e “escolas especiais” respectivamente, por Salas de Recursos Multifuncionais Tipo 1 e Tipo 2. Também acompanhou essa mudança a questão do currículo adaptado que doravante passa a ser considerado como Currículo Flexível e Dinâmico.

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

Com o intuito de compartilhar com o professor conhecimento sobre o percurso histórico e documentos legais sobre inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais, surgiu o interesse em se criar um grupo de estudos com professores e pedagogos do ensino regular do Colégio Estadual Maria Isabel Guimarães, município de São José da Boa Vista. O Projeto deu-se em forma de encontros entre professores e pedagogos da referida escola juntamente com a professora PDE, a qual se encontrava preparada para informar e orientar as demais colegas sobre os temas de inclusão educacional, leis e amparo ao deficiente dentro da escola regular, como também quem é o aluno especial, como reconhece-lo, quais são as deficiências mais comuns no ensino regular.

A implementação do projeto se deu da seguinte forma e obteve os seguintes resultados:

A primeira etapa constituiu-se em duas atividades, entre elas a apresentação do projeto durante a semana pedagógica, para todos da comunidade escolar, desde atendentes até a direção, onde percebe-se que todos os professores se interessaram e acharam pertinente o trabalho desenvolvido, pois na escola encontram-se vários alunos com necessidades educacionais especiais.

Em uma segunda atividade trabalhou-se com a sensibilização dos participantes por meio de dinâmicas, envolvendo leituras, compreensão textual, percepção corporal e emocional. Os participantes de início ficaram tímidos, depois a participação se tornou efetiva. A dinâmica envolveu todos os participantes onde cada um vivenciou o que é ser deficiente. Percebeu-se que alguns participantes sentiram-se desconfortáveis com a atividade, pois, se colocar no lugar do outro não é tarefa fácil.

A segunda etapa consistiu em atividades como aplicação de formulário com perguntas que caracterizaram o conhecimento prévio dos professores sobre o tema educação especial e leis de amparo ao deficiente. Percebeu-se dificuldades evidentes por parte dos professores para elaborar as respostas. As perguntas foram de cunho pessoal, por exemplo, se conhecia alguém com alguma necessidade especial, ou como você agiria frente a essa pessoa especial. As respostas foram diversificadas mas, em sua maioria, não demonstraram conhecimentos específicos. É importante que o professor compreenda que inclusão é algo que está além da inserção ou integração.

Em seguida os professores assistiram a um documentário sobre educação especial e realizaram uma análise e um debate sobre o mesmo, ótimo debate. Os professores se reuniram em pequenos grupos, e durante as discussões percebeu-se que muitos não tinham noção da história da educação especial. Nesse debate concluiu-se que o progresso na forma de tratamento das pessoas com deficiência deixou de ser apenas uma referência, sendo considerada pelos direitos humanos e objetivando garantir o cuidado e o respeito à deficiência. Nesse momento, alguns professores colocaram suas impressões sobre o tema, assegurando que tinham os alunos especiais na sala mas, que não os percebiam até então, e que a partir de agora teriam um olhar diferenciado para com os mesmos. Isso se mostrou como ponto de extrema importância, pois o trabalho apresentou um bom resultado. E o melhor, aguarda continuidade para o ano seguinte.

Na terceira etapa o grupo leu alguns documentos importantes como o Relatório Warnock, Declaração de Salamanca, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Plano de Desenvolvimento da Educação PDE, e consecutivamente realizaram leituras, análises e discussões da evolução dos documentos e direitos dos deficientes. Os comentários foram bem proveitosos, no sentido de perceber que alguns documentos sofreram mudanças para melhor, favorecendo a educação e os direitos da pessoa especial. E principalmente apresentaram na discussão a preocupação em colocar em prática os direitos dos alunos dentro das escolas regulares, o que é um desafio. Outro comentário bem importante foi sobre a elaboração de documentos novos e a falta de novos encontros internacionais sobre o assunto.

Em uma próxima etapa assistiram a fragmentos de filmes que foi chamado de filmes especiais: Marcas do destino, Colegas, Vermelho como o céu, O homem elefante, Como as estrelas no céu. Os comentários foram sempre acerca de como era a deficiência

das pessoas e como elas se superavam, apesar de sofrerem com a exclusão e a discriminação dentro e fora do ambiente escolar. Após assistirem aos recortes desses filmes, os professores pesquisaram sobre cada problema no laboratório de informática, e construíram um painel. O painel foi exposto no pátio da escola com enorme sucesso e repercussão entre a comunidade escolar. Os professores inclusive ficaram à disposição dos alunos e demais colegas para responderem aos questionamentos sobre o painel, e que não foram poucos. A vontade de mostrar o que aprenderam foi surpreendente.

Por meio desses encontros os professores compreenderam a importância de conhecer quem é o sujeito com necessidade educacional especial, qual seu direito a educação, quais os documentos norteadores que a amparam dentro da escola, e quem é o professor que inclui e que faz a diferença.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta etapa do Programa de Desenvolvimento Educacional(PDE) permitiu-nos, por meio dos estudos, perceber a relevância do tema educação especial e a necessidade de discussões a cerca de sua trajetória histórica e dos documentos legais a fim de refinarmos nossas ações pedagógicas de modo a melhorar o seu processo de ensino e aprendizagem.

Com esta proposta de trabalho, os resultados, sem dúvida nenhuma, foram positivos no que diz respeito a vários aspectos, como: Conhecimento sobre quem é o aluno especial, quem é o professor especializado e qual seu papel nas orientações dadas ao aluno especial e aos demais professores, o conhecimento das leis de amparo ao aluno. E ainda foi possível a sensibilização dos professores participantes no sentido de conhecer e reconhecer o aluno com necessidades educacionais especiais dentro da rede regular de ensino.

Certamente, os professores que participaram desse projeto, tiveram novas experiências que lhes trouxeram aprendizagem, despertaram curiosidade, interesse e satisfação.



Durante a aplicação destas atividades, também estabelecemos discussões sobre o tema em questão com uma equipe de professores participantes do Grupo de Trabalho em Rede (GTR). Onde os participantes tiveram acesso direto ao trabalho como um todo, desde a apresentação do projeto, material didático e a implementação do mesmo junto ao grupo de professores que fizeram parte das reuniões e grupos de discussão. O GTR foi um trabalho direcionado aos professores que desenvolveram atividades no Grupo de Trabalho em Rede, promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, pelo Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Primeiramente os professores que foram selecionados se inscreveram e participaram como alunos do GTR. Terminada a capacitação, gerenciamos um grupo, também de professores do estado. Foram trabalhados temas do Projeto de intervenção. Através do Ambiente virtual e-escola, foram discutidas e sugeridas metodologias para usar dentro do ambiente escolar.

Quanto aos resultados obtidos no GTR, foram os melhores, com participação efetiva da maioria dos inscritos, os quais inteiraram-se do projeto, debateram, interagiram, enviaram excelentes sugestões, realizaram troca de experiências das mais variadas possível e enriqueceram ainda mais as atividades propostas nesse projeto.

As apreciações feitas pelos colegas foram pertinentes, além de possibilitarem acréscimos para a dinâmica das aulas, as considerações de cada participante, trouxe um maior conhecimento e incentivo para a continuidade do trabalho proposto, tendo em vista que todos foram fiéis em afirmar sobre a importância do mesmo.

É importante destacar que a leitura de alguns documentos legais sobre educação especial devem ser tomadas em seu caráter crítico, ultrapassando sua visão ingênua que muitas vezes está presente no imaginário dos professores, de que a existência das leis por si assegura um ensino de qualidade. Sabe-se que há muita desigualdade presente no cotidiano escolar em se tratando da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, e ter acesso ao histórico e discutir as leis voltadas a educação especial é apenas um passo para que possamos visualizar com maior clareza este complexo cenário.

Ao finalizar essa implementação deu-se a certeza de que o trabalho foi efetivo e que deverá ter sua continuidade garantida no espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. /LDB/204024-61. Acesso em: 08 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de Outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva 1990. (Série Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990)**

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CASAGRANDE, R. de C., **Análise epistemológica das teses e dissertações sobre atendimento educacional especializado**: 2000 a 2009. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

CORREIA, L.M. (1997). **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares**, Porto, Porto Editora.

GOFFREDO, V. L. F. S. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília: Associação de Comunicação Educativa; Roquete Pinto, 1999.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1994

JANNUZZI, G. S. M. **Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões**. *Revista GIS*. Rio de Janeiro, p. 30-36, out. 2004.

\_\_\_\_\_. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M T E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

\_\_\_\_\_. **Políticas de educação especial no Brasil: da assistência aos deficientes à educação escolar.** 1996.

\_\_\_\_\_. **“História da Educação Especial no Brasil” em: Temas em Educação Especial.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1990. vol. 1, pp. 106-107.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, 2006.